

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOAO AMORIM" - HOSPITAL MUNICIPAL DR. EVANDRO FREIRE E CER ILHA - RIO DE JANEIRO

CNPJ.: 66.518.267/0011-55

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)				Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)			
Ativo	Notas	2020	2019	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2020	2019
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	4.322,60	4.090.613,78	Fornecedores		2.743.031,95	2.105.126,68
Adiantamentos a Fornecedores		-	6.432,00	Obrigações Trabalhistas	10	2.390.606,85	2.454.868,39
Adiantamentos a Empregados	5	77.587,82	234.520,81	Obrigações Sociais e Fiscais	11	1.501.474,82	1.677.794,25
Créditos de Contrato de Gestão	6	19.048.625,20	15.579.264,78	Empréstimos Bancários		10.000,00	-
Outros Créditos		107.945,67	-	Provisões para Férias e Encargos	12	11.919.424,80	8.749.482,54
Estoque	7	851.881,13	829.139,44			4.876.884,02	3.907.437,50
Despesas Antecipadas		919,65	1.285,26			23.441.422,44	18.894.709,36
		20.091.282,07	20.741.256,07	Passivo não Circulante			
Ativo Não Circulante				Provisões para Contingências	13	1.219.865,02	1.219.865,02
Realizável a Longo Prazo		29.578,47	29.578,47	Bens Públicos em nosso poder	14	4.045.085,04	3.935.661,08
Imobilizado	8	3.601.131,87	3.538.905,72			5.264.950,06	5.155.526,10
Intangível	9	443.953,17	396.755,36	Patrimônio Líquido Negativo			
		4.074.663,51	3.965.239,55	Patrimônio Social		656.260,16	1.384.019,42
		24.165.945,58	24.706.495,62	Déficit do Exercício	27	(5.196.687,08)	(727.759,26)
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		24.165.945,58	24.706.495,62

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.483 de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficiárias de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficiárias de assistência social. As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados e comparativos, de abertura. 2.b) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2.d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em qualquer exercício futuro afetados. 3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. 3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • Instrumentos financeiros derivativos: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019. 3.b) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazer-las às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. 3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidas para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • Depreciação: a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revésida pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2020 e não detectou alterações. A vida útil-econômica dos bens de gestão pública é determinada com base em procedimentos corrente e comparativo são as seguintes: • Beneficentários em Imóveis: 25 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. 3.d) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. 3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. 3.f) Passivo Circulante e não circulante (quando aplicável): Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é o reconhecimento de um quanto de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.g) Patrimônio social: Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. 3.h) Receitas: As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidas para o passivo não circulante, na conta de reserva de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. 3.i) Despesas: As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. 3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. 3.k) Apuração do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. 4. Caixa e Equivalente de Caixa

reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). 5. Adiantamento a Empregados Adiantamentos de Férias

	2020	2019
Adiantamentos de Férias	77.587,82	234.520,81
	77.587,82	234.520,81

6. Créditos de Contrato de Gestão Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil

	2020	2019
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil	19.048.625,20	15.579.264,78
	19.048.625,20	15.579.264,78

7. Estoques Medicamentos Materiais de Uso dos Pacientes Órteses e Próteses Nutrição Enteral Gêneros Alimentícios Impressos e Materiais de Expediente Produtos de Limpeza Materiais de Higiene Materiais de Manutenção Equipamentos de EPI

	2020	2019
Medicamentos	427.286,09	103.250,86
Materiais de Uso dos Pacientes	288.455,07	544.891,14
Órteses e Próteses	1.832,99	-
Nutrição Enteral	7.060,25	-
Gêneros Alimentícios	43.808,82	66.663,85
Impressos e Materiais de Expediente	17.479,28	2.016,23
Produtos de Limpeza	6.671,34	40.468,46
Materiais de Higiene	20.625,17	-
Materiais de Manutenção	29.267,31	21.711,32
Equipamentos de EPI	1.930,31	-
	1.930,31	-
Outros Materiais de Consumo	6.968,83	9.149,22
Saneantes	-	387,65
	851.881,13	829.139,44

8. Imobilizado Imobilizado de Gestão Pública Beneficentários em Imóveis Máquinas e Equipamentos Equipamentos de Uso Médico Equipamentos de Informática Móveis e Utensílios (-) Depreciação Acumulada

Taxa	2020	2019
25%	251.890,90	251.890,90
10%	1.880.859,72	1.857.597,72
10%	3.385.641,10	3.380.582,10
20%	1.241.200,02	1.241.200,02
10%	2.029.788,14	2.023.110,60
	(5.188.248,01)	(5.215.475,62)
	3.601.131,87	3.538.905,72

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

Intangível De Gestão Pública Direito de Uso de Sistemas (-) Amortização Acumulada

Taxa	2020	2019
20%	742.255,53	695.057,72
	(298.302,36)	(298.302,36)
	443.953,17	396.755,36

10. Obrigações Trabalhistas Salários a Pagar Rescisões a Pagar Pensões Alimentícias a Pagar Férias a Pagar

	2020	2019
Salários a Pagar	2.366.038,51	2.433.229,78
Rescisões a Pagar	16.671,01	12.792,10
Pensões Alimentícias a Pagar	7.897,33	15.767,74
Férias a Pagar	-	(6.921,23)
	2.390.606,85	2.454.868,39

11. Obrigações Sociais e Fiscais INSS a Recolher FGTS a Recolher Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher IRRF a Recolher CSRF a Recolher INSS Retido de PJ a Recolher INSS Retido na Fonte a Recolher

	2020	2019
INSS a Recolher	148.655,03	403.252,11
FGTS a Recolher	400.422,95	375.307,60
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	-	39,92
IRRF a Recolher	921.625,94	871.297,69
CSRF a Recolher	12.847,72	11.297,69
INSS Retido de PJ a Recolher	13.636,11	6.987,46
INSS Retido na Fonte a Recolher	4.294,07	3.614,49
	1.501.474,82	1.677.794,25

12. Contas a Pagar Light Serviços de Eletricidade S.A. Nextel Telecomunicações Telemar Norte Leste CDEAE Companhia Estadual de Águas e Esgotos Outras Contas a Pagar Seguros a Pagar Empréstimos de Materiais e Medicamentos

	2020	2019
Light Serviços de Eletricidade S.A.	9.739.396,29	6.771.515,14
Nextel Telecomunicações	1.104,88	737,10
Telemar Norte Leste	108,77	63,24
CDEAE Companhia Estadual de Águas e Esgotos	1.521.947,02	1.210.120,35
Outras Contas a Pagar	486.031,40	757.104,03
Seguros a Pagar	-	9.942,68
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	170.836,44	-
	11.919.424,80	8.749.482,54

13. Provisões para Contingências Provisões para Contingências Trabalhistas

	2020	2019
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.219.865,02	1.219.865,02

A entidade é parte (pelo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 2.582.274,79, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

	2020	2019
Processos com Perda Possível	2.582.274,79	2.582.274,79

14. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 4.045.085,04 em 2020 e R\$ 3.935.661,08 em 2019, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. 15. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como histórico é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)

	2020	2019
Atividades Operacionais		
Déficit do Exercício	(5.196.687,08)	(727.759,26)
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	6.432,00	(6.432,00)
Adiantamentos a Empregados	156.932,99	6.176,19
Créditos com Contrato de Gestão	(3.469.360,42)	(3.390.789,36)
Outros Créditos	(107.945,67)	-
Estoque	(22.741,69)	(107.260,26)
Despesas Antecipadas	365,61	(1.285,26)
Realizável a Longo Prazo	-	(7.662,00)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	637.905,27	309.641,80
Obrigações Trabalhistas	(64.261,54)	364.682,85
Obrigações Sociais e Fiscais	(176.319,43)	424.236,22
Provisões para Férias e Encargos	969.446,52	379.773,03
Outras Obrigações	3.169.942,26	3.801.571,32
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	(4.096.291,18)	1.044.896,87
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobiliz./Intang. pertencente à Gestão Pública	(82.196,35)	(71.677,10)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	(82.196,35)	(71.677,10)
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	82.196,35	71.677,10
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	10.000,00	-
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	92.196,35	71.677,10
Variação Líquida nas Disponibilidades	(4.086.291,18)	1.044.896,87
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	4.090.613,78	3.045.716,91
Disponibilidades no Final do Exercício	4.322,60	4.090.613,78
Variação Líquida nas Disponibilidades	(4.086.291,18)	1.044.896,87

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.724.142,79)	4.108.162,21	1.384.019,42
Incorporação do Superávit Anterior	4.108.162,21	(4.108.162,21)	-
Déficit do Exercício	-	(727.759,26)	(727.759,26)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.384.019,42	(727.759,26)	656.260,16
Incorporação do Déficit Anterior	-	727.759,26	727.759,26
Déficit do Exercício	-	(5.196.687,08)	(5.196.687,08)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	656.260,16	(5.196.687,08)	(4.540.426,92)

21. Despesas Gerais Contas de Consumo (Água, Luz, Gás e Telefone) Aluguéis (Imóveis, Equipamentos e Aparelhos) Administrativas Publicidade Bens Não Imobilizados Outras Despesas Gerais

	2020	2019
Contas de Consumo (Água, Luz, Gás e Telefone)	3.346.324,26	3.274.871,82
Aluguéis (Imóveis, Equipamentos e Aparelhos)	263.744,55	404.482,31
Administrativas	200.470,87	36.242,51
Publicidade	600,00	-
Bens Não Imobilizados	15.723,03	127.044,72
Outras Despesas Gerais	18.617,20	535.713,31
	3.845.479,91	4.788.344,67

22. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. 23. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. 24. Certificado Beneficiário de Assistência Social (CEBAS): O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021-CGGER/CEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS) renovado, com validade pelo período de 30 de novembro de 2015 até 29 de novembro de 2018. Em 30 de outubro de 2018 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SIPAR nº 25000.191938/2018-98, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente. Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.191938/2018-98. Conforme Decreto nº 8.242/2014, que regulamentou a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte: "Art. 4º - Os requerimentos de concessão da renovação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto." "Art. 8º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador." A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuarão todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2020 e 2019. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM. A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuarão todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2020 e 2019. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM. 25. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal): A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do CEBAS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2020 foi de R\$ 11.380.544,35 (em 2020) e de R\$ 10.669.350,99 (em 2019), em conta própria da entidade. A isenção da contribuição de renovação das Isenções Patronais Previdenciárias, no grupo de despesas, da seguinte forma:

Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade

de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 19 de abril de 2021. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP "S" RJ - 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS "S" - RJ - 058.252/O-1. CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.

CONCRETO REDIMIX DE BRASÍLIA LTDA

CNPJ (ME) 00.402.305/0001-20
NIRE nº 53 2 0007386 2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE SÓCIOS COTISTAS

Ficam os senhores cotistas da Concreto Redimix de Brasília Ltda., convocados para se reunirem no dia 12 de maio de 2021, às 08:00 horas, em primeira chamada e às 08:15 horas em segunda chamada e de modo digital em função da pandemia Covid-19, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 01. Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Brasília, 30 de abril de 2021.
ENEIDA MELO CRUZ
Administradora

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL

O Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL, no uso de suas atribuições estatutárias que lhe confere o presente Estatuto Social, convoca os Delegados representantes das Federações filiadas, em pleno gozo de seus direitos estatutários, para a Assembleia Geral Ordinária Virtual do Conselho Deliberativo, nos termos do § 1º, do inciso I, c/c, alínea c, do inciso II, ambos do art. 18 do Estatuto Social, a realizar-se no dia 12/05/2021, via plataforma de videoconferência Zoom, com início às 15h00 em primeira convocação, com no mínimo 2/3 dos delegados representantes, ou, em segunda convocação, uma hora após, com qualquer número de delegados presentes, para discutirem a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Discutir e deliberar sobre o Relatório de Execução do Plano de Trabalho e a Prestação de Contas da Diretoria, composta por Balanço Patrimonial, Financeiro, Orçamentário e Demonstração das Variações Patrimoniais, instruídos com o parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício encerrado em 31/12/2020.

Brasília - DF, 4 de maio de 2021.
DIVANZIR CHIMINACIO
Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL REGIÃO INTEGRADA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIDES

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021

O Consórcio Intermunicipal - Região Integrada de Desenvolvimento Sustentável - RIDES, torna público que, conforme Processo nº 002/2021, referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2021, e nos termos da legislação vigente, foi homologado seu resultado no dia 04/05/2021, pelo Presidente do Consórcio, Sr. Paulo Rodrigues Rocha, cujo objeto é seleção e contratação de empresa aquisição de bens móveis, novos, (Retroescavadeira e caçamba trituradora), através de recursos do Convênio nº 000018/2019-MMA (Processo nº 02000.013780/2019-00), registrado na Plataforma + Brasil sob o nº 891277/2019, firmado entre o Consórcio Intermunicipal - Região Integrada de Desenvolvimento Sustentável - RIDES e o Ministério do Meio Ambiente, conforme descrições e características técnicas mínimas exigidos no Edital, sendo ADJUDICADOS no dia 04/05/2021, pelo Pregoeiro signatário, o seguinte grupo e item, à respectiva empresa, pelos menores lances: Item 01 - MB CRUSHER DO BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 24.050.842/0001-16, no valor global de R\$ 185.000,00 (Cento e oitenta e cinco mil Reais). Mais informações, a partir dos dados gerais desse Pregão, nos portais: www.rides.mg.gov.br e www.licitanet.com.br.

DIEGO CAVALCANTE MOTA
Pregoeiro

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2021

EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O Consorcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná, torna público a licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº.005/2021-SRP, cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO ACONDICIONADO EM CILINDROS COM CAPACIDADE PARA DE 13Kg, PARA UTILIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DO CIS CENTRO OESTE E CAPS AD III REGIONAL 24 HORAS ADULTO E INFANTOJUvenil E UNIDADES DE ACOLHIMENTO REGIONAL 24 HORAS ADULTO E INFANTOJUvenil" Disponibilidade Do Edital: De 05/05/2021 Até 19/05/2021. Recebimento das Propostas: a partir das 09:00 horas do dia 05/05/2021. Abertura das Propostas: a partir das 13h 01min do dia 19/05/2021. Início da Disputa de Lances: a partir das 13h 30min do dia 19/05/2021, na Plataforma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, no endereço eletrônico: www.bll.org.br. Tipo de Licitação: Menor Preço por Lote/Item. Informações Através do Telefone: (42) 3623-5826 e-mail:licitacaocis@outlook.com.

Guarapuava -PR, 30 de abril de 2021.
ANA PAULA MERNICK
Dir.de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2021

EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O Consorcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná, torna público a licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº.006/2021-SRP, cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INTALAÇÃO DE TOLDOS EM MATERIAL DE POLICARBONATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CIS CENTRO OESTE, E SEUS CONVÊNIO" Disponibilidade Do Edital: De 05/05/2021 Até 20/05/2021. Recebimento das Propostas: a partir das 09:00 horas do dia 05/05/2021. Abertura das Propostas: a partir das 08h 01min do dia 20/05/2021. Início da Disputa de Lances: a partir das 08h 30min do dia 20/05/2021, na Plataforma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, no endereço eletrônico: www.bll.org.br. Tipo de Licitação: Menor Preço por Lote/Item. Informações Através do Telefone: (42) 3623-5826 e-mail:licitacaocis@outlook.com.

Guarapuava -PR, 30 de abril de 2021.
ANA PAULA MERNICK
Dir.de Licitações

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERTÃO DO ARARIPE PERNAMBUCANO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 1/2021 Remarcação

PROCESSO Nº 1/2021

O Consórcio Intermunicipal do Sertão do Araripe Pernambucano - CISAPE, torna público para conhecimento re-marcação do Certame Registro de Preços para Aquisição de Bens comuns, Equipamentos de Informática e Material Médico Hospitalar, materiais permanente destinados ao Hospital Municipal Gilza Coelho de Melo, do município de Santa Filomena-PE. Valor Estimado R\$ 209.999,00. Data e Plataforma da Sessão de Abertura: dia 14/05/2021 as 10h00min. Através do www.portaldecompraspublicas.com.br Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço ou no Fone: (87) 3874-1946, e-mail: cisapeararipe@yahoo.com.br no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira.

PAULO CESAR GOMES CORDEIRO
Pregoeiro

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021

CIDES - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

O Presidente do CIDES no uso de suas atribuições, vem dar ciência da assinatura da Ata de Registro de Preços nº 001/2021, decorrente do Processo Licitatório Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2021, cujo objeto é o registro de preços de serviços técnicos de manutenção elétrica dos parques de iluminação pública dos municípios consorciados ao CIDES:

Processo Licitatório: 14/2021; Ata de Registro de Preços n.º 001/2021; assinada em 29 de abril de 2021; Parecer Jurídico de 22/01/2021.

Órgão responsável pelo registro: Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-CIDES / CNPJ: 19.526.155/0001-94.

Fornecedor: SADENCO SUL AMERICANA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA / CNPJ: 00.166.929/0001-95.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA DOS PARQUES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDES.

Valor total estimado: R\$ 11.888.404,79 (onze milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e nove centavos), aplicado o percentual de 64,5% (sessenta e quatro vírgula cinco por cento) de desconto sobre o valor global máximo previsto, segundo proposta da licitante vencedora.

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Mais informações: cides@cidas.com.br ou 034-3213-2433.

Uberlândia-MG, 30 de abril de 2021.
HELDER PAULO CARNEIRO
Presidente do CIDES

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ - CIFRA, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO: 01/2021 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: A presente licitação, do tipo menor preço por item, tem por objeto a Contratação de empresa para aquisição de um caminhão novo traçado com caçamba basculante ano de fabricação 2021 conforme o Convênio nº 850052/2017 e processo 59553.000145/2017-53, que celebraram entre si a União, por Intermédio do Ministério da Integração Nacional e o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ - CIFRA, conforme plano de trabalho parte integrante e indissociável deste instrumento.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 20 de maio de 2021, às 08h:45.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ - CIFRA, a partir do dia 05 de maio de 2021, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: consorciocifra@hotmail.com.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília - DF.

Perola D Oeste, 4 de maio de 2021.
EDSOM LUIZ BAGETTI
Presidente do Cifra

